



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS  
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR  
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA  
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**



**RODRIGO BRENO CAVALCANTE BARBALHO**

**A IMPORTÂNCIA DO USO SELETIVO DA FORÇA PARA A ABORDAGEM  
POLICIAL NA PERCEPÇÃO DOS MILITARES DA CAPM**

**GOIÂNIA-GO**

**2024**

RODRIGO BRENO CAVALCANTE BARBALHO

**A IMPORTÂNCIA DO USO SELETIVO DA FORÇA PARA A ABORDAGEM  
POLICIAL NA PERCEPÇÃO DOS MILITARES DA CAPM**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Melquisedeque da Costa Junior.

GOIÂNIA-GO

2024

## **A IMPORTÂNCIA DO USO SELETIVO DA FORÇA PARA A ABORDAGEM POLICIAL NA PERCEPÇÃO DOS MILITARES DA CAPM**

### **THE IMPORTANCE OF THE SELECTIVE USE OF FORCE FOR THE POLICE APPROACH IN THE PERCEPTION OF THE CAPM MILITARY**

Rodrigo Breno Cavalcante Barbalho<sup>1</sup>  
Melquesedeque da Costa Junior<sup>2</sup>

#### **Resumo**

O artigo buscou analisar o uso seletivo da força para a abordagem policial. Com 15 questões, enviado aos policiais militares da CAPM, obtendo 50 respostas. Os resultados evidenciam que os militares da (CAPM) reconhecem a importância do uso seletivo da força para abordagens policiais. As entrevistas revelaram uma compreensão da necessidade de avaliar cuidadosamente cada situação, considerando fatores como a gravidade da ocorrência, o risco envolvido e a preservação da integridade física de todos os envolvidos, os dados apontam para a valorização do treinamento e capacitação dos policiais, ressaltando a importância de técnicas de abordagem e de comunicação eficaz para lidar com diferentes tipos de ocorrências. Conclui-se, portanto, que os resultados desta pesquisa destacam a percepção dos militares da (CAPM) sobre a importância do uso seletivo da força para abordagens policiais. Evidencia-se um reconhecimento por parte dos policiais da necessidade de uma abordagem equilibrada, que considere a gravidade da situação, o risco envolvido e a preservação da integridade física de todos os envolvidos.

**Palavras-chave:** Abordagem Policial; Treinamento Policial; Uso Seletivo da Força.

#### **Abstract**

The article sought to analyze the selective use of force when approaching police. With 15 questions, sent to the CAPM military police officers, obtaining 50 responses. The results show that the military of the (CAPM) recognize the importance of the selective use of force in police approaches. The interviews revealed an understanding of the need to carefully evaluate each situation, considering factors such as the severity of the occurrence, the risk involved and the preservation of the physical integrity of all those involved. The data point to the appreciation of the training and qualification of police officers, highlighting the importance of effective approach and communication techniques to deal with different types of incidents. It is concluded, therefore, that the results of this research highlight the perception of the military personnel of the (CAPM) regarding the importance of the selective use of force in police approaches. There is evidence of recognition by police officers of the need for a balanced approach, which considers the seriousness of the situation, the risk involved and the preservation of the physical integrity of everyone involved.

**Keywords or Palabras clave:** Police approach; Police Training; Selective Use of Force.

---

<sup>1</sup> Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, e-mail: [rodrigobreno97@outlook.com](mailto:rodrigobreno97@outlook.com). Telefone: (84) 98155-7171.

<sup>2</sup> Orientador. Professor da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Graduado em Direito e Especialista em Pós-graduação Lato Sensu em Ciências Policiais com Ênfase em docência superior E-mail: [melquesedequejr@gmail.com](mailto:melquesedequejr@gmail.com). Telefone: (62) 99415-9088.

## **1 INTRODUÇÃO**

Ao refletir sobre o papel da Polícia Militar e suas respectivas operações e planejamento de atividades de investigação, vigilância e combate em situações adversas de conflito, o uso seletivo da força é um dos temas de maior destaque. Envolve identificar, regulamentar e restringir o que a legislação considera serem usos legítimos da força por parte do Estado, também se refere às ações que um policial planeja, observa e avalia antecipadamente ao confrontar um suspeito ou criminoso (Teza, 2011).

O uso seletivo da força não tem apenas a ver com a capacidade de conter ameaças e combater o crime, mas também com a necessidade urgente de salvar vidas e garantir que a intervenção policial seja proporcional às circunstâncias. Pretendemos explorar a base que sustenta a relevância na abordagem policial, não só são destacados os desafios inerentes, mas também são destacadas oportunidades para melhores práticas que promovam a justiça, a eficácia e a confiança mútua entre as agências de aplicação da lei e as comunidades que servem (Teza, 2011).

Com suporte em verdade, pretendemos responder à subsequente questão de investigação: Dada a relevância percebida do uso seletivo da força, que impacto tem o uso seletivo da força na eficácia operacional da polícia?

A importância dessa abordagem específica reside em diversos fatores cruciais para a eficácia e legitimidade das forças policiais, é essencial para priorizar a preservação da vida, tanto dos policiais quanto dos cidadãos. Ao adotar uma abordagem que avalia a gravidade da situação e empregar força proporcional, minimize os riscos de incidentes letais desnecessários.

Como fim comum, procuramos entender e averiguar a importância do uso seletivo da força policial. Especificamente, objetivou-se: a) Analisar a importância do uso da força no cotidiano do policial militar; b) Identificar uma avaliação cuidadosa e contínua dos riscos em situações de abordagem policial. Este artigo visou investigar as concepções de policiais militares acerca do uso seletivo da força para a abordagem policial. Trata-se de um estudo quantitativo realizado por meio de revisão bibliográfica. Para isso, o trabalho deste artigo está dividido em três partes, começando com certa revisão teórica dos aspectos metodológicos e metodologia do uso seletivo da força pela polícia e, em sequência, aplicando um questionário fundamentado em dados de estudos de campo.

## **2 REVISÃO TEÓRICA**

### **2.1 O PAPEL DA POLÍCIA MILITAR NA SEGURANÇA PÚBLICA**

Em todos os cenários sociais onde surge conflito, desvio ou possibilidade de desordem, o policiamento funciona como um elemento crucial do controlo social, tal como afirma Gomes (2013). O espectro de ações realizadas pelas autoridades policiais abrange tudo, desde a monitorização de violações potenciais ou contínuas até ao emprego de sanções ou ameaças para manter a ordem social.

Definir a noção de poder de polícia revela-se uma tarefa desafiadora, principalmente devido à abundância de definições disponíveis. A complexidade não reside na alegada falta de precisão, ambiguidade ou incerteza no seu conteúdo, mas sim no excedente de definições encontradas na literatura jurídica. (Gomes, 2019).

A segurança pública é um pilar fundamental para o funcionamento saudável de qualquer sociedade, e a Polícia Militar desempenha um papel central nesse contexto. Sua função vai além da simples manutenção da ordem, envolvendo a promoção de um ambiente seguro e a construção de uma relação de confiança com a comunidade.

Para compreender o papel da Polícia Militar, é importante primeiro categorizá-lo. No Brasil, o poder de polícia se estende a duas áreas: o executivo e o judiciário. A principal distinção entre estas duas reside na natureza proativa da polícia administrativa e na natureza reativa da polícia judiciária. Por exemplo, a polícia administrativa aplica regulamentos que proíbem o porte de armas, enquanto a polícia judiciária confisca armas de fogo detidas ilegalmente. A Polícia Militar, embora considerada parte da polícia administrativa, cumpre ambas as funções e é capaz de atuar tanto de forma reativa como proativa, como observa Di Pietro (2017).

Portanto, segundo Di Pietro (2017), a Polícia Militar é definida como a entidade responsável que abertamente com o objetivo de prevenir crimes e ilícitos penais. Outras funções além do combate, reprimir violações de regulamentos administrativos e outras atividades ilegais no campo incluem tráfego, meio ambiente, poluição sonora.

As forças policiais militares estão preparadas para responder a emergências como desastres naturais, acidentes graves e crises de segurança pública. A Gendarmaria é treinada para agir de forma rápida e eficaz para garantir o resgate e assistência às vítimas e para restaurar a ordem nas áreas afetadas (Gomes, 2013).

De acordo com o artigo 144, parágrafo 5º da Constituição Federal, a polícia militar é membro do sistema de segurança pública brasileiro e é responsável por uma ampla gama de segurança e manutenção da ordem pública (Brasil, 1988).

Teza (2011), argumentou que, após a introdução da Constituição Federal de 1988, o conceito de ordem pública deve ser visto como tudo que é prejudicial à harmonia social e garantido especialmente por meio de ações preventivas para contribuir para a conquista do bem comum almejado.

Alguns veem a capacidade da polícia militar de manter a ordem pública num sentido amplo e extraem a interpretação diretamente do texto constitucional: este atributo abrange todos os outros atributos atribuídos a outras instituições e, portanto, o papel da gendarmaria é como um verdadeiro complemento da gendarmaria. A polícia, como serviço de segurança pública, auxilia outros órgãos no desempenho de suas funções primárias, ao mesmo tempo em que cumpre seu papel ampliado como os maiores inspetores da conduta social (Teza, 2011).

Os ensinamentos de Rogério Greco (2021), destacam a responsabilidade primordial da polícia na manutenção da ordem pública, prevenindo futuras infrações penais, ao mesmo tempo que reconhecem a sua capacidade de exercer funções investigativas que priorizam inicialmente o processo penal.

A Polícia Militar, como componente das forças de segurança, assume a missão de garantir a integridade física e o bem-estar da população. A presença visível e o papel dissuasor da Polícia Militar são elementos cruciais para a prevenção de crimes e para a manutenção de uma sensação de segurança nas comunidades que serve. Contudo, a complexidade da segurança pública exige uma abordagem multifacetada, indo além da repressão de atividades criminosas (Monteiro Junior, 2020).

Ao atuar como agente de proximidade com a sociedade, a Polícia Militar atua com uma parte relevante na edificação de pontes entre a comunidade e as instituições de segurança. A implementação de programas comunitários, a participação em ações sociais e a promoção de diálogos abertos são elementos-chave para fortalecer essa relação. A confiança criada entre a polícia e a população é fundamental para o sucesso de iniciativas conjuntas visando a prevenção de crimes e a promoção de um ambiente harmonioso (Monteiro Junior, 2020).

Por fim, reitera-se que a Polícia Militar é um ser importante na segurança pública. A sua eficácia depende não só do número de crimes evitados ou resolvidos, mas também da qualidade das relações que mantém com a comunidade. A cooperação contínua baseada na transparência e no respeito mútuo é fundamental para a edificação de uma população com mais segurança e justiça.

## 2.2 O USO SELETIVO DA FORÇA POLICIAL NA CONTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA

A contenção da ordem pública é uma responsabilidade crucial das forças policiais, muitas vezes exigindo uma delicada balança entre o cumprimento do dever e a proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos. O uso seletivo da força nesse contexto torna-se um ponto central de análise, uma vez que delinea a necessidade de abordagens ponderadas em situações de agitação social, manifestações ou distúrbios públicos.

Para Marques (2015), os métodos policiais, também conhecidos como intervenções policiais, são atividades contínuas nas práticas de policiamento público. Exige o cumprimento de múltiplas normas que regem a conduta ética, técnica e legal dos agentes policiais. Este quadro jurídico exige uma preparação técnica operacional complexa e envolve uma atmosfera psicológica única.

Antes de conceituar o que é uso seletivo da força, vale destacar a evolução do conceito de uso diferenciado da força. Corrêa (2018), enfatiza que o incidente começa com um uso gradual da força e sua filosofia é que o agressor social aumenta o nível de agressão, ou seja, ele primeiro se engaja na resistência pacífica e progride por meio de ações positivas. Da mesma forma, a polícia deve fazer progressos no uso da força para prevenir tais ataques.

No conceito atual, a Polícia Militar deve escolher o grau seletivo de força dependendo da resistência do atacante. Portanto, se o infrator tiver resistência passiva, esta pode levar à agressão letal, e os policiais devem se adaptar e escolher a melhor forma de responder à agressão injusta, ou seja, impedir a agressão, trazendo assim novos conceitos sobre o uso da força, facilitando o aprendizado ser mais suscetível a maiores agressões. Apoio Jurídico (Corrêa, 2018).

A aplicação seletiva da força policial implica na tomada de decisões cuidadosas e informadas, considerando fatores como o grau de ameaça à ordem pública, a proporção adequada de resposta e a promoção de técnicas não violentas sempre que possível. Em um cenário em que eventos públicos podem rapidamente evoluir para situações caóticas, a compreensão da seletividade na abordagem torna-se imperativa para a edificação de uma mútua confiança no que diz respeito a polícia e a população (Sandes, 2007).

Na sua qualidade de agentes responsáveis pela segurança pública, os funcionários responsáveis pela aplicação da lei possuem a autoridade legal para empregar a força seletivamente, a fim de defender os princípios da lei e da ordem em nome da população em geral. No entanto, é crucial reconhecer que esta autoridade, que lhes é conferida pelo governo, não é ilimitada, uma vez que deve ser exercida dentro dos limites das liberdades civis, dos direitos individuais e das liberdades constitucionais. (Sandes, 2007). O exercício do poder de

polícia perde legitimidade quando ultrapassa os limites estabelecidos pelo sistema jurídico, transformando-se numa força arbitrária.

Marques (2015) argumenta que para manter o controle e a ordem pública torna-se necessário o uso seletivo da força. Especialmente durante as operações policiais em manifestações ou grandes eventos, podem surgir várias situações em que as autoridades policiais devem identificar e resolver rapidamente os crimes no meio de circunstâncias de alta pressão.

Como argumenta Oliveira (2017), a adesão aos princípios da legalidade, necessidade e proporcionalidade é imprescindível para que a lei seja cumprida. O princípio da legalidade é que os agentes estatais devem saber a lei e certifiquem-se de que suas ações sejam apoiadas pela lei e pelo governo, excluindo as atividades ilegais. O princípio da necessidade significa que quando a ação policial atinge o mínimo e intervém de forma lícita e justa, quando o objetivo é alcançado, não pode extrapolar as consequências alcançadas quando for absolutamente necessário.

Vale a pena mencionar que sempre que a polícia intervém usando a força, a sua primeira prioridade deve ser a segurança do público em primeiro lugar, a sua própria segurança em segundo lugar e depois a segurança do suspeito ou infrator. A explicação para essa priorização é que os policiais são pagos e treinados para aceitar riscos devido às suas próprias condições, e o público não pode ser exposto ao perigo (Oliveira, 2017).

O conceito de uso seletivo da força pelas autoridades responsáveis pela aplicação da lei refere-se à probabilidade de os cidadãos procurarem assistência da polícia para resolver problemas, destacando assim o papel essencial da polícia como instituição fundamental em qualquer sociedade democrática.

O uso seletivo da força policial é, portanto, claramente um componente chave da contenção eficaz da desordem pública. Quando aplicado de forma sensível, ética e com base na aplicação do princípio da proporcionalidade, não só mantém a segurança, mas também fortalece a confiança entre a polícia e as comunidades. Neste sentido, a procura contínua de melhoria, a formação especializada e a revisão contínua das práticas policiais são elementos essenciais para garantir que o uso da força continue a ser um meio legítimo e eficaz de manutenção da ordem pública.

### **3 METODOLOGIA**

Este artigo tem como objetivo investigar as percepções de policiais militares quanto ao uso seletivo da força na abordagem policial. Esta é uma pesquisa quantitativa.

A abordagem empregada consistiu em um processo de duas fases, começando com um extenso exame da literatura relevante de autoria de especialistas na área, seguido por uma investigação quantitativa.

A pesquisa foi realizada entre novembro de 2023 e março de 2024, abrangendo uma revisão minuciosa de artigos científicos e teorias referentes à Polícia Militar, provenientes de plataformas online. Para a coleta de dados foi realizada uma pesquisa no Google Forms e distribuída aos associados do CAPM. O objetivo era adquirir insights sobre o assunto sob investigação (ver Apêndice A).

Segundo Gil (2006), a pesquisa quantitativa opera na crença de que todos os fenômenos podem ser quantificados, permitindo a geração, classificação e análise de informações por meio de dados numéricos. Uma vez coletados os dados, as respostas foram compiladas, tabuladas e analisadas por meio de frequências absolutas, frequências relativas e porcentagens. Para melhorar a organização e clareza, os resultados foram apresentados em tabelas e gráficos.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS POLICIAIS E DA AMOSTRA DA PESQUISA

O estudo contou com a participação de 50 indivíduos que preencheram um questionário via *Google Forms*, acessado por um link enviado através de um aplicativo de mensagens, durante os meses de janeiro e fevereiro de 2024."

**Tabela 1 – Caracterização da amostra**

Variáveis	n	%
Graduação		
Soldado	50	100
Cabo	0	0
1º Sargento a 3º Sargento	0	0
Subtenente	0	0
Oficial	0	0
2º Tenente a 1º Tenente	0	0
Capitão/ Major	0	0
Tenente Coronel/ Coronel	0	0
Sexo		
Masculino	48	96

Feminino	2	4
<b>Tempo de serviço na PM</b>		
01-05 anos	48	96
06-10 anos	1	2
11-20 anos	0	0
21-30 anos	1	2
<b>Tipo de Atividade na PMGO</b>		
Administrativa	6	12
Operacional	44	88

Legenda: n = quantidade da amostra.

Fonte: Elaborada pelo Autor (2024).

A Tabela 1 mostra as características da amostra e fornece informações importantes sobre o perfil dos policiais que participaram do estudo. A maioria dos policiais (100%) possuía formação militar, evidenciando a representatividade desse nível na amostra. Quanto ao gênero, a maioria dos participantes era do sexo masculino, 96%, refletindo a tendência dominante neste contexto profissional. Em termos de anos de serviço na gendarmaria, a maioria dos oficiais (96%) tinha entre 1 e 5 anos de experiência, indicando uma idade de serviço relativamente jovem.

Quanto a modalidade da PMGO, a expressiva maioria dos policiais (88%) estão incumbidos em atividades operacional, ressaltando que o trabalho policial desses atores é essencialmente de natureza operacional. Esses dados fornecem uma base sólida para análises posteriores de questões específicas relacionadas às operações policiais e podem orientar estratégias de desenvolvimento profissional e gerencial dentro da empresa.

#### 4.2 ANALISAR A IMPORTÂNCIA DO USO SELETIVO DA FORÇA PARA A ABORDAGEM POLICIAL

**Tabela 2 - Os policiais são treinados em técnicas de uso seletivo da força durante abordagens.**

<b>Classificação</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Sim	49	98
Não	1	2
Total	50	100

Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

De acordo com a Tabela 2, apresenta dados sobre o treinamento dos policiais em técnicas de uso seletivo da força durante abordagens. Os dados revelam que a grande maioria dos policiais 98% afirmaram receber treinamento nessas técnicas, enquanto apenas uma

pequena porcentagem 2% indicou que não recebe esse tipo de capacitação. Isso sugere um compromisso significativo por parte da instituição em preparar seus policiais para lidar com situações de abordagem de forma seletiva e proporcional, visando à minimização de conflitos e à segurança tanto dos policiais quanto dos cidadãos envolvidos.

Esses resultados destacam a importância atribuída ao treinamento adequado como uma estratégia fundamental para garantia de que as práticas policiais sejam mais eficazes, seguras e alinhadas com os princípios de direitos humanos e proteção da comunidade.

**Tabela 3 - A utilização da força é considerada como último recurso em situações de abordagem policial.**

<b>Classificação</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Sim	46	92
Não	4	8
Total	50	100

Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

Com base na Tabela 3, revela a percepção dos policiais sobre a utilização da força como último recurso em situações de abordagem policial. A maioria significativa dos policiais 92% concorda que a utilização da força deve ser reservada como último recurso, enquanto uma pequena proporção 8% expressa uma opinião contrária.

Contudo os resultados ressaltam a importância da abordagem e da busca por soluções pacíficas em situações de abordagem, priorizando a preservação da vida e a redução de conflitos. A adoção dessa mentalidade reflete o compromisso com a segurança pública e o compromisso com os direitos humanos, essencial para a atividade policial responsável e eficaz.

**Tabela 4 - Os policiais recebem orientações claras sobre quando e como usar a força durante uma abordagem.**

<b>Classificação</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Sim	48	96
Não	2	4
Total	50	100

Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

De acordo com a Tabela 4, apresenta que a expressiva maioria dos policiais 96% afirmam receber orientações claras sobre quando e como usar a força durante uma abordagem. A presença de diretrizes e protocolos estabelecidos é prova de um quadro concebido para reger o comportamento dos agentes responsáveis pela aplicação da lei quando confrontados com

situações que exigem o uso da força. Este quadro é crucial para garantir uma abordagem uniforme, segura e juridicamente sólida. Diretrizes claras servem ainda para aumentar a transparência e a responsabilização nas ações policiais, alinhando-as com os princípios da defesa dos direitos humanos e do cumprimento da lei.

**Tabela 5 - A abordagem de cada situação é avaliada individualmente quanto à necessidade de uso da força.**

<b>Classificação</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Sim	50	100
Não	0	0
Total	50	100

Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

De acordo com as conclusões da Tabela 5, é evidente que cada agente da polícia (100%) reconhece a importância de avaliar cada situação de forma independente ao determinar a necessidade do emprego da força. Este resultado enfatiza o papel crucial de avaliar e considerar minuciosamente as circunstâncias específicas encontradas pelos agentes responsáveis pela aplicação da lei, com foco na implementação de medidas que sejam proporcionais e adequadas com base na natureza e no contexto do incidente. Ao implementar esta prática, pretende-se evitar o uso desnecessário ou excessivo da força, promovendo assim uma abordagem mais equitativa e eficiente da ação policial que se alinhe com os princípios dos direitos humanos e da legalidade.

**Tabela 6 - Os policiais são incentivados a buscar alternativas não violentas sempre que possível durante uma abordagem?**

<b>Classificação</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Sim	49	98
Não	1	2
Total	50	100

Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

Na Tabela 6, observa-se que a majoritária parte dos policiais 98% indica que são incentivados a buscar alternativas não violentas sempre que possível durante uma abordagem. Esse dado reflete uma abordagem proativa por parte das instituições policiais, promovendo a priorização da resolução pacífica de conflitos e o uso moderado da força quando necessário. Incentivar alternativas não violentas não apenas contribui para reduzir o risco de escalada de violência durante abordagens policiais, mas também fortalece a confiança da comunidade na

atuação da polícia, promovendo uma relação mais positiva e colaborativa entre a força policial e a sociedade.

**Tabela 7 - Há políticas e procedimentos específicos para garantir que o uso da força seja proporcional à situação?**

<b>Classificação</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Sim	49	98
Não	1	2
Total	50	100

Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

Na Tabela 7, nota-se que a quase totalidade dos policiais 98% indicou que existem políticas e procedimentos específicos para garantir que o uso da força seja proporcional à situação. Essas políticas e procedimentos são essenciais para orientar e padronizar a conduta dos policiais em relação ao uso da força, assegurando que sua aplicação seja justa, adequada e proporcional às circunstâncias enfrentadas. Além disso, tais diretrizes contribuem para a transparência e prestação de contas, garantindo que a atividade policial encontre em conformidade com os princípios dos direitos humanos e a legislação vigente.

**Tabela 8 - Os policiais são treinados para reconhecer e lidar com situações que possam exigir o uso da força de forma rápida e eficaz?**

<b>Classificação</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Sim	49	98
Não	1	2
Total	50	100

Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

Na Tabela 8, observa-se a majoritária quantidade de policiais 98% indicou que são treinados para reconhecer e lidar com situações que possam exigir o uso da força de forma rápida e eficaz. Esse treinamento é fundamental para capacitar os policiais a avaliarem adequadamente as circunstâncias em que se aja a necessidade do uso da força, além de proporcionar-lhes habilidades e técnicas para lidar com tais situações de maneira segura, eficiente e proporcional. O treinamento adequado contribui para a preparação dos policiais, garantindo que estejam aptos a tomar decisões acertadas e a agir conforme as diretrizes institucionais e legais, visando sempre à preservação da vida e à segurança pública.

**Tabela 9 - Existe uma revisão regular das abordagens policiais que envolveram o uso da força para identificar oportunidades de melhoria?**

<b>Classificação</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Sim	49	98
Não	1	2
Total	50	100

Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

Na Tabela 9, constata-se que quase totalidade dos policiais 98% indicou que existe uma revisão regular das abordagens policiais que envolveram o uso da força para identificar oportunidades de melhoria. Essa prática de revisão é crucial para o aprimoramento contínuo das práticas policiais, permitindo a identificação de pontos fortes e áreas de aprimoramento em relação ao uso da força durante as abordagens. A revisão regular dessas situações possibilita a análise das circunstâncias específicas em que o uso da força foi empregado, bem como a avaliação da eficácia das ações tomadas pelos policiais. Dessa forma, as oportunidades de melhoria identificadas podem orientar a implementação de medidas corretivas, o reforço do treinamento e a revisão de políticas e procedimentos, contribuindo para a promoção de abordagens mais seguras, eficazes e alinhadas com as retificas do direitos humanos e uso proporcional da força.

**Tabela 10 - A comunidade é informada sobre as diretrizes e práticas relacionadas ao uso seletivo da força pela polícia?**

<b>Classificação</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Sim	31	62
Não	19	38
Total	50	100

Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

Os dados apresentados na Tabela 10 revelam que 62% dos agentes policiais afirmam que a comunidade está bem-informada sobre as diretrizes e práticas relativas ao uso seletivo da força pelas autoridades. Esta informação sublinha a importância da transparência e da responsabilização nas instituições policiais à medida que servem a comunidade. Ao disponibilizar publicamente estas diretrizes e práticas, os membros da comunidade têm a oportunidade de obter uma melhor compreensão das políticas e procedimentos policiais, promovendo a confiança e a cooperação entre a polícia e a comunidade. Além disso, está transparência pode contribuir para aumentar a responsabilização e a responsabilidade da polícia quando se trata do uso da força, promovendo práticas mais conscientes que se alinhem com os princípios dos direitos humanos e a aplicação proporcional da força. No entanto, ainda há

espaço para melhorias, conforme indicado pelos 38% dos agentes policiais que acreditam que a comunidade não tem conhecimento suficiente sobre estas orientações e práticas.

Nesse sentido, é importante que as instituições policiais busquem meios eficazes de comunicar e envolver a comunidade em questões relacionadas ao uso da força, garantindo uma maior transparência e confiança nas atividades policiais.

**Tabela 11 - Os policiais têm acesso a suporte e orientação após incidentes que envolvam o uso da força?**

<b>Classificação</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Sim	43	86
Não	7	14
Total	50	100

Fonte: Elaborada pelo autor (2024).

Na Tabela 11, podemos observar que 86% dos policiais indicaram ter acesso a suporte e orientação após incidentes que envolvem o uso da força. Isso demonstra a preocupação das instituições policiais em fornecer apoio adequado aos policiais que enfrentam situações desafiadoras durante o cumprimento de suas funções. O acesso a suporte e orientação após incidentes relacionados ao uso da força é essencial para garantir o bem-estar físico e psicológico dos policiais, ajudando-os a lidar com o estresse e as emoções decorrentes dessas situações. Além disso, esse suporte pode contribuir para a prevenção do trauma secundário e para a promoção da saúde mental dos policiais, permitindo-lhes processar e aprender com suas experiências de forma construtiva.

No entanto, é importante notar que 14% dos policiais indicaram não ter acesso a esse tipo de suporte, o que ressalta a necessidade de garantir que todos os policiais recebam o apoio necessário após incidentes envolvendo o uso da força. Isso pode incluir programas de apoio psicológico, orientação por parte de supervisores e colegas, e acesso a recursos de saúde mental para lidar com o impacto emocional dessas situações. Investir no bem-estar e na resiliência dos policiais é fundamental para promover uma força policial saudável e eficaz.

Após um exame cuidadoso dos dados fornecidos nas tabelas, torna-se evidente que existem vários fatores cruciais associados à utilização da força pelas autoridades policiais e às suas consequências. Uma parte significativa dos agentes policiais afirmou que recebe formação sobre o emprego seletivo da força durante as paragens, reconhece a importância de encarar a força como uma opção final em tais situações e recebe instruções explícitas sobre as circunstâncias e métodos apropriados para a utilização da força durante uma paragem.

Além disso, os policiais indicaram que a abordagem de cada situação é avaliada individualmente quanto à necessidade de uso da força, que são incentivados a buscar alternativas não violentas sempre que possível durante uma abordagem, e que há políticas e procedimentos específicos para garantir que o uso da força seja proporcional à situação. Eles também afirmaram ser treinados para reconhecer e lidar com situações que possam exigir o uso da força de forma rápida e eficaz (Tabela 8) e que há uma revisão regular das abordagens policiais que envolveram o uso da força para identificar oportunidades de melhoria.

Assim, estas conclusões sublinham a importância da implementação de políticas e procedimentos que defendem a aplicação criteriosa e equilibrada da força pelas autoridades responsáveis pela aplicação da lei, ao mesmo tempo que enfatizam a necessidade de fornecer aos agentes os recursos e a orientação necessários para enfrentar circunstâncias difíceis e as suas consequências. É imperativo alocar recursos para a formação policial, promovendo a transparência nas operações policiais e dando prioridade ao bem-estar dos agentes, a fim de cultivar uma abordagem equitativa e eficiente à utilização da força policial.

## **5 CONCLUSÃO**

Nas considerações finais, reforçamos a importância do estudo sobre o uso seletivo da força na abordagem policial, conforme percebido pelos militares da (CAPM). Durante o curso desta investigação, tornou-se evidente que é crucial uma perspectiva abrangente que leve em conta vários fatores, incluindo a gravidade das circunstâncias, o nível de risco e a segurança de todos os indivíduos envolvidos.

Ficou evidente que os agentes responsáveis pela aplicação da lei reconhecem a importância de receber formação adequada e possuir as qualificações necessárias para lidar com situações de forma competente e ética.

A importância de empregar técnicas não violentas e de dominar competências de comunicação eficazes foi sublinhada como vital para promover um envolvimento construtivo e cortês com a comunidade. Assim, é crucial enfatizar a necessidade contínua de alocação de recursos para iniciativas e metodologias que defendem a aplicação consciente da força por parte do pessoal de segurança. Ao adotar uma estratégia centrada no discernimento e no equilíbrio no emprego da força, podemos garantir o bem-estar do público em geral, bem como defender os princípios dos direitos humanos e contribuir para o estabelecimento de uma sociedade mais justa e harmoniosa que beneficie a todos.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Emendas constitucionais. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 01 jan. 2024.
- CORRÊA, Marcelo Vladimir. **Uso Diferenciado da Força**. São Paulo: Editora Cursos, 2017.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Editora Forense, 2017.
- GIL, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2006.
- GOMES, Estevão. **Poder de Polícia no Direito Administrativo Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Lumens Juris, 2019.
- GOMES, Vitor Rogério. **O Uso da Força Policial sobre o Prisma das Legislações Internacionais: uma análise sobre a capacitação e qualificação do efetivo policial militar da Bahia atuante nas companhias independentes de policiamento tático**. 70 p. Dissertação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/17042/1/Disserta%20c3%a7%20a3o%20Vitor%20Rog%20c3%a9rio%20Ribeiro%20Gomes%20-%202013.pdf>. Acesso em: 01 Jan. 2024.
- GRECO, Rogério. **Atividade Policial, Aspectos Penais, Processuais Penais, Administrativos e Constitucionais**. Rio de Janeiro: Editora Impetus, 2021.
- MARQUES, Aline Bezerra. **A ação policial nas manifestações populares**. São Paulo: Conteúdo Jurídico, 2015.
- MONTEIRO JUNIOR, Gerson de Jesus. **O uso da força policial em relação aos direitos humanos. In: Direito Penal e Criminologia: Perspectivas e Desafios**. Rio de Janeiro: Pembroke Collins, 2020.
- OLIVEIRA, Alexandre. **Curso de Promotor de Polícia Comunitária**. Brasília: Ed. Senasp. Brasília, 2017.
- SANDES, Wilquerson Felizardo. **Uso não letal da força na ação policial: formação, tecnologia e intervenção governamental**. São Paulo: Ed. Brasileira de Segurança Pública, 2007.
- TEZA, Marlon. **Temas de Polícia Militar: novas atitudes da polícia ostensiva na ordem pública**. Florianópolis: Darwin, 2011.

**APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO**

1) Qual é a sua graduação?

- a) Soldado
- b) Cabo
- c) 1º Sargento a 3º Sargento
- d) Subtenente
- e) Aspirante a Oficial
- f) 1º Tenente/2º Tenente
- g) Capitão/ Major
- h) Tenente Coronel/ Coronel

2) Sexo

- a) Masculino
- b) Feminino

3) Há quanto tempo você está na polícia militar?

- a) 1 a 5 anos
- b) 6 a 10 anos
- c) 11 a 20 anos
- d) 21 a 30 anos

4) Qual seu ambiente de Trabalho:

- a) Administrativo
- b) Operacional

5) Os policiais são treinados em técnicas de uso seletivo da força durante abordagens?

- a) Sim
- b) Não

6) A utilização da força é considerada como último recurso em situações de abordagem policial?

- a) Sim
- b) Não

7) Os policiais recebem orientações claras sobre quando e como usar a força durante uma abordagem?

- a) Sim
- b) Não

8) A abordagem de cada situação é avaliada individualmente quanto à necessidade de uso da força?

- a) Sim
- b) Não

9) Os policiais são incentivados a buscar alternativas não violentas sempre que possível durante uma abordagem?

- a) Sim
- b) Não

10) Há políticas e procedimentos específicos para garantir que o uso da força seja proporcional à situação?

- a) Sim
- b) Não

11) Os policiais são treinados para reconhecer e lidar com situações que possam exigir o uso da força de forma rápida e eficaz?

- a) Sim
- b) Não

12) Existe uma revisão regular das abordagens policiais que envolveram o uso da força para identificar oportunidades de melhoria?

- a) Sim
- b) Não

13) A comunidade é informada sobre as diretrizes e práticas relacionadas ao uso seletivo da força pela polícia?

- a) Sim
- b) Não

14) Os policiais têm acesso a suporte e orientação após incidentes que envolvam o uso da força?

- a) Sim
- b) Não

15. Você gostaria de fornecer sugestões ou comentários adicionais sobre a melhor forma de abordar sobre o uso seletivo da força no ambiente de trabalho policial?